

**IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação,
I.P.**

CONCURSO PÚBLICO

**CADERNO DE ENCARGOS
DPCP2025CP19**

**Aquisição de serviços de Promoção e Divulgação,
Seminários, *DemoDays* e Suporte Logístico**

Maio de 2025

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
Cláusula 1.ª Objeto.....	4
Cláusula 2.ª Preço Contratual.....	4
Cláusula 3.ª Local da Prestação dos Serviços.....	4
Cláusula 4.ª Início e Duração do Contrato.....	4
Cláusula 5.ª Obrigações de Sigilo.....	4
Cláusula 6.ª Condições de Pagamento.....	5
Cláusula 7.ª Cessão da Posição Contratual.....	5
Cláusula 8.ª Subcontratação.....	6
Cláusula 9.ª Regime de Penalidades.....	6
Cláusula 10.ª Casos Fortuitos ou de Força Maior.....	6
Cláusula 11.ª Não adjudicação.....	6
Cláusula 12.ª Regulamentos e Outros Documentos Resolutivos.....	7
Cláusula 13.ª Resolução por Parte da entidade adjudicante.....	7
Cláusula 14.ª Obrigações do adjudicatário.....	7
Cláusula 15.ª Condições Comuns.....	8
Cláusula 16.ª Documentação.....	8
Cláusula 17.ª Prevalência.....	9
Cláusula 18.ª Outros Encargos.....	9
Cláusula 19.ª Foro Competente.....	9
Cláusula 20.ª Gestor de Contrato.....	9
Cláusula 21.ª Legislação Aplicável.....	9
PARTE II-CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	10
Cláusula 22.ª Promoção e Divulgação, Seminários, <i>DemoDays</i> e Suporte Logístico.....	10
Cláusula 23.ª Execução do Contrato.....	10
Cláusula 24.ª Coordenação Geral.....	11
Cláusula 25.ª Duração, data e local das atividades.....	12
Cláusula 26.ª Plano de Comunicação.....	12
Cláusula 27.ª Ações de Promoção e Divulgação.....	13
Cláusula 28.ª Podcasts/Vodcasts.....	15
Cláusula 29.ª Seminários e <i>DemoDays</i>	16
Cláusula 30.ª Gravação e transmissão audiovisual.....	17
Cláusula 31.ª Catering.....	18
Cláusula 32.ª Suporte Logístico.....	19

Cláusula 33. ^a Especialistas e Oradores	20
Cláusula 34. ^a Deslocações e alojamento.....	20
Cláusula 35. ^a Comunicações e Idioma	21
Cláusula 36. ^a Regras de Comunicação e Publicitação	21
Cláusula 37. ^a Acessibilidade	21
Cláusula 38. ^a Sustentabilidade e Transição Digital	21
Cláusula 39. ^a Propriedade	22
Cláusula 40. ^a Salvaguarda.....	22
Cláusula 41. ^a Serviços não englobados	22
Cláusula 42. ^a Proteção de dados	23

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente procedimento por Concurso Público tem por objeto a Aquisição de Serviços para Promoção e Divulgação, Seminários, *DemoDays* e Suporte Logístico no âmbito do desenvolvimento do Projeto nº 18729 '*StartUp Voucher*', conforme descrito nas Cláusulas Técnicas da II Parte deste Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do número anterior, a execução dos serviços deve ter em consideração os objetivos do Projeto nº 18729 e das atividades e iniciativas, de acordo com o Anexo I - DPCP2025CP19 - Descrição das Atividades e Iniciativas do projeto objeto do presente procedimento e com o Anexo II – DPCP2025CP19 - Quadro de Investimentos, bem como os termos definidos no Aviso COMPETE2030-2024-11.

Cláusula 2.ª Preço Contratual

O preço contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento de formação contratual constante na proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª Local da Prestação dos Serviços

Os serviços, a contratualizar, deverão ser em locais situados nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo.

Cláusula 4.ª Início e Duração do Contrato

A prestação dos serviços terá início na data de assinatura do contrato a celebrar e terminará na data estabelecida para a concretização do Projeto, cujo prazo termina a 31 de dezembro de 2026, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª Obrigações de Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IAPMEI, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. O prestador de serviços obriga-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre os assuntos constantes do presente contrato e a tratar como confidencial toda a informação que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O prestador de serviços fica obrigado a cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor desde o dia 25 de maio de 2018.

Cláusula 6.ª Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar mensalmente, à entidade adjudicante, a correspondente fatura dos serviços contratualizados executados e concluídos, com uma antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. O adjudicatário deverá remeter à entidade adjudicante, um relatório detalhado de contas por iniciativa, juntamente com as faturas a que corresponde.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a fornecer.
4. O adjudicatário deverá remeter as faturas emitidas eletronicamente em formato PDF, com a indicação da nota de encomenda, à entidade adjudicante para o endereço de correio eletrónico que esta venha a indicar e com conhecimento do Gestor de Contrato;
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito os respetivos fundamentos ao prestador de serviços, que se obriga a prestar com a maior brevidade os esclarecimentos necessários e, se aplicável, a proceder à devida retificação.

Cláusula 7.ª Cessão da Posição Contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 8.ª Subcontratação

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

Cláusula 9.ª Regime de Penalidades

1. Caso o adjudicatário não execute os serviços que lhe são cometidos, nos termos do contrato a celebrar ou dentro dos prazos no mesmo consignados, incorre numa multa de 0,1% com referência ao preço contratual, por cada dia de atraso.
2. O disposto no número anterior não é aplicável quando o adjudicatário e a entidade adjudicante acordem ajustamentos aos serviços e aos prazos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para retomar a execução do contrato.

Cláusula 11.ª Não adjudicação

A entidade adjudicante reserva o direito de não efetuar a adjudicação, desde que seja devidamente fundamentado que a adjudicação viola interesse público.

Cláusula 12.ª Regulamentos e Outros Documentos Resolutivos

1. Para além das normas constantes deste Caderno de Encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todas as demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o fornecimento a realizar.
2. O adjudicatário obriga-se, igualmente, a respeitar, em tudo o que seja aplicável ao fornecimento a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, especificações e documentos de homologação de Organismos Oficiais e as instruções de fabricantes, ou de entidades detentoras de patentes.
3. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Caso a entidade adjudicante, venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados na alínea anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 13.ª Resolução por Parte da entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante poderá resolver o contrato mediante simples comunicação escrita nesse sentido, quando:
 - a) Se verifique a impossibilidade de o adjudicatário cumprir as condições específicas definidas para esta prestação de serviços;
 - b) Se verifiquem falhas imputáveis ao adjudicatário no âmbito da realização da prestação do serviço.
2. Sem prejuízo do disposto no presente Caderno de Encargos, ambas as partes reservam o direito de revogar o contrato por mútuo acordo.

Cláusula 14.ª Obrigações do adjudicatário

Constituem obrigações do adjudicatário:

- a) Fornecer o serviço nos termos do contrato;
- b) Comunicar, com a devida antecedência, os factos que tornem total ou parcialmente impossível, a prestação de serviço ou o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alterar o objeto contratual;

- d) Acautelar a necessidade de adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência que façam face a situações, preventivas ou declaradas, de contenção de epidemias, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior previstos no presente caderno de encargos.
- e) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos, técnicos e criativos e ao sistema de organização que sejam necessários à perfeita e completa execução dos serviços a seu cargo.

Cláusula 15.ª Condições Comuns

- 1. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.
- 2. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 3. Para além do previsto na cláusula 13ª considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato contraria as exigências previstas no caderno de encargos, as características e especificações apresentadas na proposta pelo adjudicatário bem como a restante documentação.

Cláusula 16.ª Documentação

- 1. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, no prazo de 5 dias a contar da data da notificação de adjudicação, nos termos das alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º e da alínea a) do nº 1 do Artigo 81º do CCP, nomeadamente:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do Artigo 81º do CCP;
 - b) Certidão comprovativa de que a entidade se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
 - c) Certidão comprovativa de que a entidade se encontra em situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social ao Estado Português;
 - d) Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar;
 - e) Certificado de Registo Criminal de pessoa coletiva, e respetivos representantes;

- f) Cópia do documento obtido em consulta eletrónica, feita pelo próprio, no RCBE, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º n.º 1 do CCP.

Cláusula 17.ª Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato, o caderno de encargos, o programa do concurso e a proposta do adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa do concurso e em último lugar a proposta do adjudicatário.
3. Sem prejuízo das disposições previstas no Código de Contratos Públicos, são aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas, em tudo que não estiver regulado e não for suficientemente disciplinado por aplicação dos princípios gerais de direito administrativo, as normas constantes neste caderno de encargos, no programa do concurso e na proposta do adjudicatário.
4. São também aplicáveis, subsidiariamente, com as necessárias adaptações, as restantes normas de direito administrativo e, na falta destas, o direito civil.

Cláusula 18.ª Outros Encargos

Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Cláusula 19.ª Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia de qualquer outro.

Cláusula 20.ª Gestor de Contrato

A entidade adjudicante designará um gestor de contrato que terá a função de acompanhar, permanentemente, a execução do contrato.

Cláusula 21.ª Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos e demais documentos, aplica-se a seguinte legislação por ordem decrescente de prevalência:

- Código dos Contratos Públicos;
- Demais legislação aplicável.

PARTE II-CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 22.^a Promoção e Divulgação, Seminários, *DemoDays* e Suporte

Logístico

1. O presente concurso tem por objeto a formação de contrato para a prestação de serviços de Promoção e Divulgação do projeto e das suas atividades, organização e produção de Seminários, *DemoDays* e Suporte Logístico a diversas iniciativas do projeto.
2. Os serviços indicados no número anterior incluem:
 - a) Elaboração e implementação do Plano de Comunicação do projeto;
 - b) Ações de Promoção e Divulgação, incluindo conceção e produção de materiais de promoção e informação;
 - c) Produção, gravação e distribuição de podcasts/vodcasts;
 - d) Apoio à organização e dinamização de seminários temáticos e *demodays*, incluindo suporte logístico;
 - e) Suporte logístico às sessões de avaliação de iniciativas empresariais e atividades de capacitação (deslocações, alojamento, *catering*, gestão e organização de espaços e equipamentos, entre outros);
 - f) Entrega de relatórios de serviço de acordo com o modelo a definir pela entidade adjudicante, incluindo relatório de indicadores de promoção e divulgação.
3. Os serviços devem, sempre que possível, ser concretizados com o recurso a soluções modernas, criativas, interativas, inovadoras e sustentáveis.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário recorrerá, sempre que adequado, a ferramentas e tecnologias acessíveis como, e.g., ferramentas remotas de tradução, ferramentas de interatividade, plataformas de aprendizagem com base no *gamming*, entre outras.
5. No Anexo I do presente caderno de encargos, encontra-se um resumo descritivo das atividades e iniciativas do projeto objeto do presente procedimento, assim como é possível consultar os investimentos previstos para a prestação dos serviços inerentes ao objeto deste procedimento no Anexo II - DPCP2025CP19- Quadro de Investimentos.

Cláusula 23.^a Execução do Contrato

1. Para além do Gestor de Contrato que acompanhará transversalmente a execução do mesmo, a entidade adjudicante é responsável pela nomeação de um Gestor de Projeto e de um Comité

Organizador responsável pela implementação de cada atividade/iniciativa em articulação com o adjudicatário.

2. O adjudicatário deverá igualmente identificar o respetivo Gestor de Contrato que acompanhará transversalmente a execução do mesmo e nomear uma equipa permanente, com o mínimo de três (3) elementos, com perfil de competências adequado à natureza das atividades/iniciativas, incluindo um Gestor de Projeto.

3. O Gestor de Contrato identificado pelo adjudicatário, será responsável por:

- a) Promover o cumprimento e monitorização da boa execução do contrato nos termos e condições do mesmo e de aprovação do Projeto nº 18729 - Capacitação para a criação do próprio emprego em áreas de base tecnológica - 'StartUp Voucher';
- b) Prestar esclarecimentos sobre orçamento e faturação sempre que solicitado e assegurar as respetivas retificações se aplicável;
- c) Assegurar a entrega de evidências do trabalho executado sempre que necessário.

4. O Gestor de Projeto nomeado pelo adjudicatário para a equipa permanente, será responsável por:

- a) Colaborar no planeamento da execução do contrato, em articulação com a entidade adjudicante, incluindo cronograma e descrição detalhada das atividades/iniciativas;
- b) Assegurar a entrega das atas das reuniões;
- c) Propor e implementar estratégias de captação de participantes nas atividades em articulação com a entidade adjudicante, quando necessário;
- d) Assegurar a entrega de relatórios de atividades/iniciativas executadas e em execução, com a periodicidade que vier a ser definida pela entidade adjudicante.

5. Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 75º do CCP, o Gestor de Contrato e os elementos da equipa permanente apresentada em proposta pelo adjudicatário, apenas podem ser substituídos com o expresse e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que a substituição garante um nível de qualidade equivalente ao aferido em sede de concurso.

Cláusula 24.ª Coordenação Geral

1. Após a celebração do contrato, o adjudicatário deverá reunir com a entidade adjudicante no prazo de 48 horas para apresentação de ambas as partes e respetivas equipas e do projeto e para definição do plano de trabalho.

2. Sempre que necessário, o adjudicatário deverá apresentar propostas de realização das atividades/iniciativas, incluindo todos os elementos (programa, cronograma, meios, fundamentação, entre outros) imprescindíveis para apreciação pela entidade adjudicante.

3. É obrigatória a realização do mínimo de três reuniões de planeamento e organização das atividades/iniciativas em data e hora a acordar entre as partes, nas quais devem participar os Gestores de Projeto e, quando necessário, ambos os Gestores de Contrato.
4. As atas das reuniões devem ser apresentadas pelo adjudicatário à entidade adjudicante no prazo de 48h após a data da reunião, as quais serão válidas após subscritas por esta última.
5. As reuniões deverão ser realizadas presencialmente nas instalações da entidade adjudicante ou online, via Microsoft Teams, em data e hora a acordar entre as partes.

Cláusula 25.ª Duração, data e local das atividades

1. É da competência do adjudicatário assegurar o cumprimento do cronograma definido com a entidade adjudicante, tendo em consideração as necessidades inerentes à boa implementação do projeto, inclusive no período compreendido entre a data de celebração do contrato e o dia 31 de dezembro de 2026.
2. Sempre que necessário, é da competência do adjudicatário assegurar os espaços adequados para realização presencial das atividades, os quais devem situar-se obrigatoriamente nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo, em locais com boa acessibilidade.
3. Sem prejuízo do número anterior, nas situações determinadas pela entidade adjudicante, as iniciativas poderão ser complementadas ou integralmente executadas online, devendo para o efeito o adjudicatário adequar os programas e meios.
4. A duração, data e local das atividades/iniciativas estão condicionados à aprovação pela entidade Adjudicante.

Cláusula 26.ª Plano de Comunicação

1. O adjudicatário compromete-se a planear a comunicação do projeto, no prazo máximo de duas (2) semanas, a contar da data de celebração do contrato, considerando a informação disponibilizada no caderno de encargos e *briefing* inicial com a entidade adjudicante.
2. Para além do disposto na cláusula seguinte, a proposta de plano de comunicação deverá focar-se na experiência do público-alvo e contemplar:
 - a) Estudo e análise do projeto para definição da estratégia criativa e narrativa em que se baseará a comunicação do StartUp Voucher, considerando o logótipo e a linha gráfica e manual de normas pré-existentes, uma linguagem e *design* alinhados com as tendências da evolução digital e o perfil do público-alvo;

- b) A estrutura que se segue e, adicionalmente, o que for entendido como relevante pelo adjudicatário:
- i. Os objetivos e respetiva especificação (relevância, mensuração, prazos, entre outras);
 - ii. Perfil detalhado do público-alvo e segmentação;
 - iii. Mensagens-chave;
 - iv. Identificação, fundamentação e *setup* dos meios online e offline a utilizar;
 - v. Identificação de riscos e plano de contingência;
 - vi. Necessidades de produção e distribuição urgentes e pontuais;
 - vii. Plano de conteúdos (tipo, formato, frequência) de acordo com as tendências e oportunidades (e.g. *call-to-action* forte, influenciadores, vídeos curtos, interatividade, memes, *storytelling*, humor) adequadas ao âmbito do projeto e ao público-alvo, perspetivando a diferenciação face ao mercado;
 - viii. Cronograma com a identificação dos temas a desenvolver, apresentação de propostas e prazos de análise, revisão e validação, calendarização de publicações, períodos de avaliação e correção de desvios;
 - ix. Identificação dos indicadores de performance (e.g. envolvimento, alcance, impressões, CTR, taxa de conversão, taxa de crescimento de seguidores) e ferramentas de avaliação e propostas de melhoria;
 - x. Identificação da equipa, funções e contactos;
 - xi. Proposta de distribuição de investimento;
 - xii. *Clipping* para acompanhamento da perceção pública do projeto nos media.
3. A implementação do plano de comunicação está condicionada à aprovação pela entidade adjudicante.
4. Na sequência da aprovação do plano de comunicação, o adjudicatário obriga-se a garantir a coordenação permanente e o cumprimento da sua implementação e execução, assim como à apresentação de evidências e relatórios das ações de promoção e divulgação.
5. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 27.^a Ações de Promoção e Divulgação

1. De acordo com o plano de comunicação definido, o adjudicatário compromete-se a implementar as ações de promoção e divulgação, incluindo:
- a) Marketing digital:

- i. Conceção criativa e original e produção de conteúdos (*reels, stories, copy*, imagem, *banners*, catálogos digitais, entre outros);
 - ii. Distribuição, monitorização e gestão da comunicação em redes sociais, sites, e-mail marketing e similares;
 - iii. Campanhas online (Ads): Desenvolvimento estratégico, criativo, gráfico e *copywriting*, operacionalização, gestão e avaliação com ajustes à estratégia de conversão, envolvendo a estratégia de conteúdo, identificação dos canais a adotar, configuração e implementação das ferramentas adequadas (e.g. Google Ads, Google Tag Manager, Google Search Console, Meta Pixel);
 - iv. Dinamização de redes sociais, com foco na captação e envolvimento dos utilizadores (seguidores, visitantes, fãs), com apresentação prévia de proposta, para aprovação pela entidade adjudicante, e relatório final (estratégia, gestão de crise/conflitos, FAQs);
 - v. Adoção de ferramentas de marketing digital como Google Ads, SEO ou outras que se adequem ao plano de comunicação.
- b) Captação e envolvimento de utilizadores e dinamização da comunidade digital na App do Empreendedor, inclusivamente os relacionados com o StartUp Voucher, com apresentação prévia de proposta, para aprovação pela entidade adjudicante, e relatório final (estratégia, gestão de crise/conflitos, FAQs);
- c) Conceção de guião criativo e *storyboard*, produção e distribuição de vídeos promocionais do projeto, considerando:
- i. Vídeos, com elevado padrão de qualidade e duração aproximada de 1:30 minutos, interpretados em língua gestual portuguesa e com ficha técnica, incluindo conformidade com as Regras de Comunicação e Publicitação do projeto;
 - ii. Teasers com duração média de 30 segundos, com base nos vídeos promocionais, legendados em inglês;
 - iii. Versão final dos vídeos e dos teasers entregues em formato digital MP4.
- d) Conceção de guião criativo, produção, transmissão e distribuição de spot para áudio (e.g. rádio, Spotify), com entrega da versão final em formato MP3;
- e) Propostas regulares de conteúdos para *newsletter* e página do projeto no website do IAPMEI;
- f) Produção de vários suportes de comunicação, incluindo estruturas promocionais, sinalética, brochuras, diplomas, *posters* ou similares, incluindo criatividade, paginação e arte de finalização sempre que necessário;

- g) A apresentação de soluções e produção de *merchandising* e respetiva logística de distribuição, com garantia de qualidade e entrega nos locais e prazos convenientes nos termos do projeto.
- 2. Os suportes físicos devem cumprir critérios de sustentabilidade, incluindo reutilização por parte da entidade adjudicante, sempre que possível.
- 3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 28.ª Podcasts/Vodcasts

- 1. Os temas e intervenientes dos Podcasts/Vodcasts serão definidos pela entidade adjudicante.
- 2. É da competência do adjudicatário a produção e distribuição de 6 Podcasts/Vodcasts, com a duração média de 30 minutos, com elevados padrões de qualidade, incluindo:
 - a) Preparação de conteúdos e de guião em articulação com a entidade adjudicante, ponderando a inclusão de questões colocadas por beneficiários do StartUp Voucher aos intervenientes no âmbito das temáticas de cada episódio;
 - b) Criação de identidade e *branding*, com tema e estilo consistente, com introdução/encerramento e trilha sonora cativantes;
 - c) Meios técnicos e equipamentos necessários à produção e gravação, garantindo um padrão de qualidade de som e imagem;
 - d) *Staff* necessário à produção e gravação;
 - e) Produção de *Decor* alinhado com a imagem do projeto, limpo e organizado adequadamente imediatamente antes de cada gravação;
 - f) *Host*, com o perfil indicado no ponto 3, aprovado pela entidade adjudicante;
 - g) Imagem do/a *Host* adequada ao projeto e com vestuário diferente em cada episódio;
 - h) *Reels* ou *Stories*, prévios ou posteriores às gravações, consoante seja mais adequado, para efeitos de promoção e divulgação nas redes sociais e App do Empreendedor;
 - i) Dinâmica visual na gravação dos Vodcasts, alternando entre diferentes e adequados ângulos de câmara para manter a atratividade visual (e.g. cortes e *close-ups*);
 - j) Versão final dos Vodcasts interpretados em língua gestual portuguesa;
 - k) Ficha técnica, incluindo conformidade com as Regras de Comunicação e Publicitação do projeto.
 - l) *Teaser* visual e sonoro, legendados em língua inglesa;
 - m) Versão final dos episódios em formato digital MP3/MP4;

n) Distribuição em plataforma de Podcasts adequada aos destinatários do projeto (e.g. Spotify e Google Podcasts);

o) Distribuição dos Vodcasts no canal YouTube do IAPMEI;

3. O/A *Host* do Podcast/Vodcast deverá ter o seguinte perfil:

a) Reconhecimento e capacidade de comunicação junto do público jovem (18-29 anos), com diferentes qualificações e experiências;

b) Capacidade de dinamizar entrevistas e conversas, com autenticidade e espontaneidade adequadas;

c) Ter experiência e trabalho publicado, e ser reconhecido/a pelo mesmo;

d) Ter disponibilidade para se envolver na elaboração do guião;

e) Interesse pelas temáticas dos episódios.

4. O adjudicatário compromete-se a entregar as propostas de versão final dos episódios à entidade adjudicante para validação em data oportuna a acordar entre ambas as partes.

Cláusula 29.^a Seminários e *DemoDays*

1. O adjudicatário promoverá a organização dos eventos previstos no âmbito e termos do projeto, considerando:

a) Apresentação de proposta criativas e dinâmicas de planeamento e programa detalhado dos eventos, incluindo identificação dos recursos humanos, materiais e técnicos necessários, perspetivando a diferenciação;

b) Identificação de requisitos e proposta do local para a realização dos eventos;

c) Apresentação de propostas para a produção e *layout* dos eventos, incluindo ambiente sonoro e de iluminação, *hosts*, infraestruturas (e.g. palco), serviços/equipamentos audiovisuais (e.g. *web streaming*, *led wall*, projetores, câmaras e ecrãs, microfones) e tecnologias de informação (e.g. *Wi-Fi*, quiosques, portáteis);

d) Assegurar os meios humanos, o equipamento e os serviços, bem como a respetiva instalação, necessários à realização dos eventos;

e) Assegurar o material gráfico (sinalética, entre outros) e promocional necessários;

f) Apresentação de propostas para captação de inscrições;

g) Assegurar a promoção e divulgação antes e após o evento;

h) Catering;

i) Aluguer de espaços;

j) Suporte logístico à organização do evento, participantes e outros intervenientes (e.g. especialistas e oradores);

- k) Deslocações de beneficiários bolsheiros e júri;
 - l) Realização de questionários de satisfação e relatório de resultados quando necessário.
2. A organização dos eventos deve ter em consideração as especificações técnicas dos serviços abrangidos no âmbito do objeto do presente procedimento.
3. A implementação das propostas está condicionada à validação por parte da entidade adjudicante.
4. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 30.^a Gravação e transmissão audiovisual

1. Os serviços de gravação e transmissão audiovisual incluem captação de conteúdo audiovisual e transmissão em direto (*live streaming*) dos eventos, sempre que necessário e em conformidade com o orçamento.
2. No âmbito da prestação deste serviço, o adjudicatário deve assegurar:
- a) Montagem de *set-up* que permita a captação de diversos planos de imagem, transmissão no monitor de apresentações e a inclusão de logos ou texto, entre outros, sempre com enquadramento na imagem gráfica do projeto;
 - b) Supervisão, direção da execução das filmagens, orientação geral e coordenação da equipa técnica;
 - c) Captação e transmissão em direto de todos os momentos do evento identificados como relevantes, com inserção de oráculos sempre que necessário;
 - d) Disponibilização de todo o *staff* e equipamento indispensável à prestação de um serviço de elevada qualidade e à boa execução de todas as obrigações que lhe são atribuídas;
 - e) Entrega do produto final em suporte digital, conforme acordado com a entidade adjudicante, no prazo máximo de 3 dias após o final do evento.
 - f) A transmissão será disponibilizada através do canal YouTube do IAPMEI, ou outra rede social que a entidade adjudicante indique.
3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato, como tal, a contratualização dos meios necessários, depende da adequação técnica dos meios aos espaços selecionados e aos participantes nas diversas atividades.

Cláusula 31.ª Catering

1. O serviço de *catering* a prestar deverá corresponder ao programa, natureza e orçamento de cada atividade, assim como estar enquadrado nas regras e limites específicos à elegibilidade de despesa definidos no Aviso COMPETE2030-2024-11.

2. O *Catering* pode abranger:

- a. Fornecimento, nos locais determinados para as atividades, de refeições de elevada qualidade e de acordo com os normativos em vigor.
- b. *Coffee breaks*, com serviço volante de uma seleção de *finger food* e bebidas adequada à natureza da atividade e público.
- c. Almoços/Jantares, volantes e não volantes, com menu completo e opções de carne, peixe e vegetariana, e seleção de bebidas, adequados à natureza da atividade e público.
- d. 10% (dez por cento) de opção adaptada a restrições alimentares quando previamente sinalizadas.
- e. A disponibilização do menu com a identificação dos alérgenos alimentares se solicitado pelos participantes.
- f. Duração média de 30 minutos em cada *coffee break* e 1 hora e 30 minutos por almoço/jantar, sem prejuízo do tempo adicional necessário para a preparação/arrumação do serviço.
- g. Refeições em formato box quando necessário e previamente aprovado pela entidade adjudicante.
- h. Disponibilização de todo material necessário ao correto fornecimento e prestação do serviço (mobiliário apoio, louças, talheres, atoalhados, entre outros).
- i. Manutenção adequada e permanente do espaço e do serviço, incluindo limpeza e reposição de bebidas e alimentos.
- j. Dimensão adequada do *staff* para garantir a sua atempada e correta execução.

3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato, como tal, as quantidades de refeições devem corresponder ao número de participantes a abranger em cada atividade, sem prejuízo do número e respetivo custo do serviço serem ajustados em data oportuna para o efeito.

4. O adjudicatário deverá garantir os seguintes requisitos:

- a) Os alimentos e bebidas devem ser servidos com talheres, copos, louça e toalhas de mesa reutilizáveis;

- b) Os resíduos produzidos durante a prestação do serviço serão recolhidos separadamente, de acordo com as normas em vigor;
- c) Utilização de métodos e estratégias que permitam evitar o desperdício alimentar.

Cláusula 32.^a Suporte Logístico

1. No âmbito das atividades/iniciativas do projeto, nomeadamente as identificadas no Anexo II - DCPC2025CP19 - Quadro de Investimentos, o adjudicatário obriga-se, na medida do necessário, a prestar o seguinte suporte logístico:

- a) Planeamento, organização, acompanhamento, controlo administrativo e operacional das atividades, incluindo *catering*;
- b) Gestão, organização e acompanhamento dos espaços, equipamentos, fornecedores e staff antes, durante e após o evento, assegurando visitas técnicas e instalação de equipamentos e realização de testes;
- c) *Helpdesk* com elementos proficientes em língua portuguesa e, se necessário, em língua inglesa;
- d) Articulação com as entidades competentes, de regulamentação e de quaisquer medidas de segurança necessárias à realização e boa conduta das atividades/iniciativas;
- e) Segurança das atividades/iniciativas, incluindo a contratação dos seguros necessários, bem como a coordenação relativa à eventual participação de membros do governo, ou equiparados, nos eventos;
- f) Fornecimento, montagem e desmontagem e acompanhamento de produtos/serviços de apoio à organização e *layout* dos espaços, antes, durante e após, do evento (e.g. limpeza, *merchandising*, sinalética, disponibilização de águas, identificação de intervenientes, entre outros);
- g) Colaborar na correspondência, no *briefing*, na organização das refeições, deslocações e alojamento.

2. A prestação dos serviços elencados no número anterior, deve ser articulada com a entidade adjudicante e, quando necessário, submetidos à sua validação prévia.

3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 33.^a Especialistas e Oradores

1. É da competência do adjudicatário propor especialistas/oradores para as atividades/iniciativas, quando necessário, sem prejuízo de eventuais indicações da entidade adjudicante, devendo a seleção ser constituída por perfis relevantes para o âmbito da sua intervenção e dotados de competências que inspirem e mobilizem o público-alvo para os objetivos das iniciativas.
2. O cálculo de honorários, a pagar pelo adjudicatário aos especialistas e oradores, deverá ter como referência o disposto no Aviso COMPETE2030-2024-11, relativo às regras e limites específicos à elegibilidade de despesa, e ser faturado em conformidade à entidade adjudicante.
3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 34.^a Deslocações e alojamento

1. É da competência do adjudicatário, providenciar alojamento e deslocações para os participantes, júri, especialistas e oradores, quando necessário, nas seguintes condições:
 - a) Alojamento em hotel:
 - i. Mínimo três (3) estrelas;
 - ii. Quarto individual;
 - iii. Deve ser garantido transporte de e para o evento;
 - iv. Regime de alojamento e pequeno-almoço.
 - b) Deslocações:
 - i. Viagens em transportes públicos, em classe económica;
 - ii. Deve ser selecionado o meio de transporte que assegure o maior conforto e a menor duração de deslocação possível.
2. O Adjudicatário deverá assegurar a disponibilização de bilhetes e documentação da viagem por meios eletrónicos;
3. O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante, com a máxima brevidade e antecedência relativamente à data do serviço, sobre as condições de alojamento e deslocação reservadas.
4. O cálculo das despesas de alojamento e deslocação deverá ter como referência o disposto no Aviso COMPETE2030-2024-11, relativo às regras e limites específicos à elegibilidade de despesa.
5. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 35.ª Comunicações e Idioma

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar que todos os serviços realizados no âmbito do projeto serão dotados de linguagem moderna, correta e acessível, em estilo adequado ao público-alvo, e isenta de estereótipos e de qualquer tipo de discriminação (género, raça, étnica, religião, social, entre outros).
2. O adjudicatário compromete-se a assegurar ainda que todas as comunicações serão realizadas com a máxima correção linguística e, quando escritas, respeitarão o acordo ortográfico.
3. O idioma a adotar nas atividades deverá ser a língua portuguesa de Portugal e, quando necessário, a língua inglesa.
4. Sempre que se justifique para assegurar a correta interpretação das atividades, deve ser disponibilizada a legendagem em português/inglês através dos meios adequados, assim como a adoção de meios inclusivos como a interpretação em língua gestual portuguesa.

Cláusula 36.ª Regras de Comunicação e Publicitação

1. Todos os serviços prestados no âmbito do objeto do contrato, incluindo produtos, peças, e materiais, devem cumprir obrigatoriamente as Regras de Comunicação e Publicitação aplicáveis e previstas pelo COMPETE2030.
2. Sem prejuízo do número anterior, todos os serviços devem ainda respeitar a imagem e as normas de comunicação do Projeto e do IAPMEI.

Cláusula 37.ª Acessibilidade

É da competência do adjudicatário garantir o acompanhamento e a acessibilidade dos espaços (incluindo WC), dos transportes e das atividades/iniciativas para pessoas com deficiência, sempre que necessário.

Cláusula 38.ª Sustentabilidade e Transição Digital

1. Na prestação dos serviços objeto do presente procedimento, o adjudicatário obriga-se ao cumprimento do princípio de ‘não prejudicar significativamente’ o ambiente, nos termos previstos no Pacto Ecológico Europeu e definidos no regulamento associado à Taxonomia ambiental da União Europeia.

2. O adjudicatário obriga-se a adotar mecanismos que contribuam para preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, inclusive os previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023 de 25 de outubro.
3. Sempre que possível, o adjudicatário deve adotar práticas sustentáveis para além das discriminadas nos números anteriores e das identificadas nas restantes cláusulas do presente caderno de encargos.
4. O adjudicatário obriga-se a entregar dois relatórios com a identificação de todas as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas, no âmbito do objeto do presente procedimento, nomeadamente:
 - a) Um relatório com as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas em 2025, entregue no primeiro trimestre de 2026;
 - b) Um relatório com as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas em 2026, entregue no último trimestre de 2026.

Cláusula 39.ª Propriedade

1. Com a entrega dos resultados da prestação de serviços objeto deste contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a entidade adjudicante.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. O adjudicatário compromete-se a entregar todas as peças produzidas, em formato digital e/ou físico, conforme seja exigível, em data e local a acordar com entidade adjudicante.

Cláusula 40.ª Salvaguarda

Os custos dos serviços correspondentes à Componente variável do contrato serão obrigatoriamente ajustados ao número de participantes, nível de equipamentos, especialistas e oradores envolvidos, entre outros, em data acordada e oportuna para o efeito.

Cláusula 41.ª Serviços não englobados

1. A entidade adjudicante pode, diretamente ou por intermédio de entidades terceiras, complementar as atividades/iniciativas com serviços não previstos no âmbito do objeto do presente procedimento.

2. O adjudicatário obriga-se a colaborar, na medida do necessário, com a boa execução dos serviços indicados no número 1.

3. Do referido nos números anteriores, não decorrem custos suplementares a imputar ao contrato celebrado com o adjudicatário, nem a este último são devidos quaisquer encargos financeiros.

Cláusula 42.ª Proteção de dados

1. A entidade adjudicatária é responsável por assegurar a obtenção do consentimento explícito dos participantes, oradores/especialistas, convidados e demais intervenientes nas atividades/Iniciativas para a captação, gravação e eventual transmissão de som e imagem, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (Regulamento (UE) 2016/679) e demais legislação aplicável.

2. O consentimento deverá ser obtido por escrito e de forma clara, devendo a entidade adjudicatária fornecer os registos documentais que comprovem a autorização concedida, à entidade adjudicante.

Anexos:

Anexo I - DPCP2025CP19 - Descrição das Atividades e Iniciativas do projeto objeto do presente procedimento

Anexo II - DPCP2025CP19 - Quadro de Investimentos